



Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico, Economia regional e Instituições

PANORAMA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Guilherme Nunes Pires¹

Resumo: O intuito do artigo é apresentar, através de revisão bibliográfica, um panorama da América Latina e o Caribe em relação aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). A pesquisa foi feita através da leitura de informes e relatórios de acompanhamento da região. Pode-se perceber que a região apresenta melhoras substanciais na maioria das metas estipuladas, mas medidas mais eficazes devem ser tomadas em determinadas áreas como a mortalidade materna. A área ambiental foi a que obteve pior resultado. O intensivo uso dos recursos naturais e órgãos reguladores pouco competentes trazem a região um enorme desafio de cuidado com a sustentabilidade.

Palavras-chave: ODM, América Latina e Caribe, desenvolvimento.

Abstract: The aim of this article is to present, through literature review, an outlook of Latin America and Caribe in relation to the Millennium Development Goals (MDG). The research was made by reading reports of the region. We can realize that the region present substantial improvements in major goals, but effective measures should be taken in most stipulated goals like maternal mortality. The environmental area gets the worst result. The intensive use of natural resource and few efficient government agencies took to the region a huge challenge to care about sustainability.

Keywords: MDG, Latin America and Caribe, development.

JEL: 010

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a busca para se atingir maior nível de desenvolvimento tem demonstrado papel central nos países da América Latina e o Caribe. Determinar metas e objetivos são necessários para medir o grau de avanço nesse processo e também medir se os esforços estão sendo eficazes.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM surgiram em decorrência unanimidade entre os dirigentes globais para estipular metas a serem cumpridas nos primeiros quinze anos do século XXI. Esses objetivos primeiramente eram destinados aos países já desenvolvidos, entretanto, a comunidade internacional identificou que países em desenvolvimento deveriam propor-se a alcançar tais metas.

A região da América Latina e o Caribe possuem características heterogêneas na elaboração de instrumentos para alcançar determinados objetivos e é constituída de diversos países em desenvolvimento. Ao longo das últimas décadas, a região vem apresentado grandes esforços para melhorar seus índices de desenvolvimento aliando políticas públicas e privadas. É de grande relevância analisar como os países estão evoluindo para alcançar as metas estipuladas e em que grau a região da América Latina e o Caribe têm avançado e os esforços feitos para garantir o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

2 A DECLARAÇÃO DO MILÊNIO

Em setembro do primeiro ano do século XXI, foi realizada a Cúpula do Milênio em Nova York nos Estados Unidos, ao qual se reuniram líderes de 191 estados membros das Nações Unidas. Através desse encontro foi assinado um documento histórico. O documento, intitulado Declaração do Milênio, foi elaborado durante meses com o objetivo de propor metas concretas, com a chegada do novo século para enfrentar de maneira concisa os maiores problemas atuais.

A Declaração do Milênio (2000) busca o comprometimento dos chefes de Estado e Governo para a busca de uma sociedade justa, próspera e pacífica. O documento reafirma a preocupação com os menos afortunados da sociedade e a importância do cuidado para com as crianças que herdarão o futuro. A soberania, independência e a igualdade dos Estados devem ser respeitadas, aliado a respeito aos direitos humanos e soluções pacíficas a conflitos internacionais. Deve haver um esforço e cooperação das nações para que a globalização seja menos desigual e mais inclusiva entre os países, principalmente os em desenvolvimento e



países em transição. As relações no âmbito internacional devem atender a valores e princípios explicitados como liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância e cuidado com a natureza.

O documento aborda a preocupação com os conflitos de guerra e os perigos de armas de destruição em massa. Assim, é estabelecida a necessidade de uma maior efetividade para manutenção e busca da paz em qualquer conflito através das Nações Unidas. Providências devem ser tomadas para garantir o controle de armamentos, combate ao terrorismo e crimes internacionais.

A pobreza, que afeta parte considerável da população, deve ser combatida através do empenho e cooperação para o desenvolvimento das nações. Os países industrializados devem adotar uma postura que possibilite o desenvolvimento a nível mundial. O documento explicita a preocupação com problemas que ainda assolam a humanidade na virada do século, como desnutrição, degradação ambiental, doenças graves, desigualdade entre os sexos e mortalidade infantil.

Assim, através desse documento foram estabelecidas metas e objetivos para responder a esses problemas. Intitulado Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, foram designadas oito metas para o ano de 2015 para fazer frente aos problemas que ainda nos acompanham. São eles:

- Eliminar com a pobreza extrema e a fome. Reduzir à metade a porcentagem de indivíduos que vivem com menos de um dólar por dia e passam fome.
- Atingir a educação básica a todos. Garantir o ensino para as crianças de ambos os sexos.
- Promover a igualdade de gênero e valorização da mulher.
- Reduzir a mortalidade infantil. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
- Promover a redução da mortalidade materna. Reduzir em três quartos a morte de gestantes.
- Combater a AIDS e outras doenças. Reverter o quadro de propagação do HIV/AIDS, Malária e outras doenças.
- Promover a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida. Buscar o desenvolvimento aliado à preocupação com o meio ambiente. Garantir acesso à água potável às pessoas.
- Cooperação para o desenvolvimento. Esforço para elaboração de estratégias para alcançar o desenvolvimento aos países mais pobres.



3 ODM NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

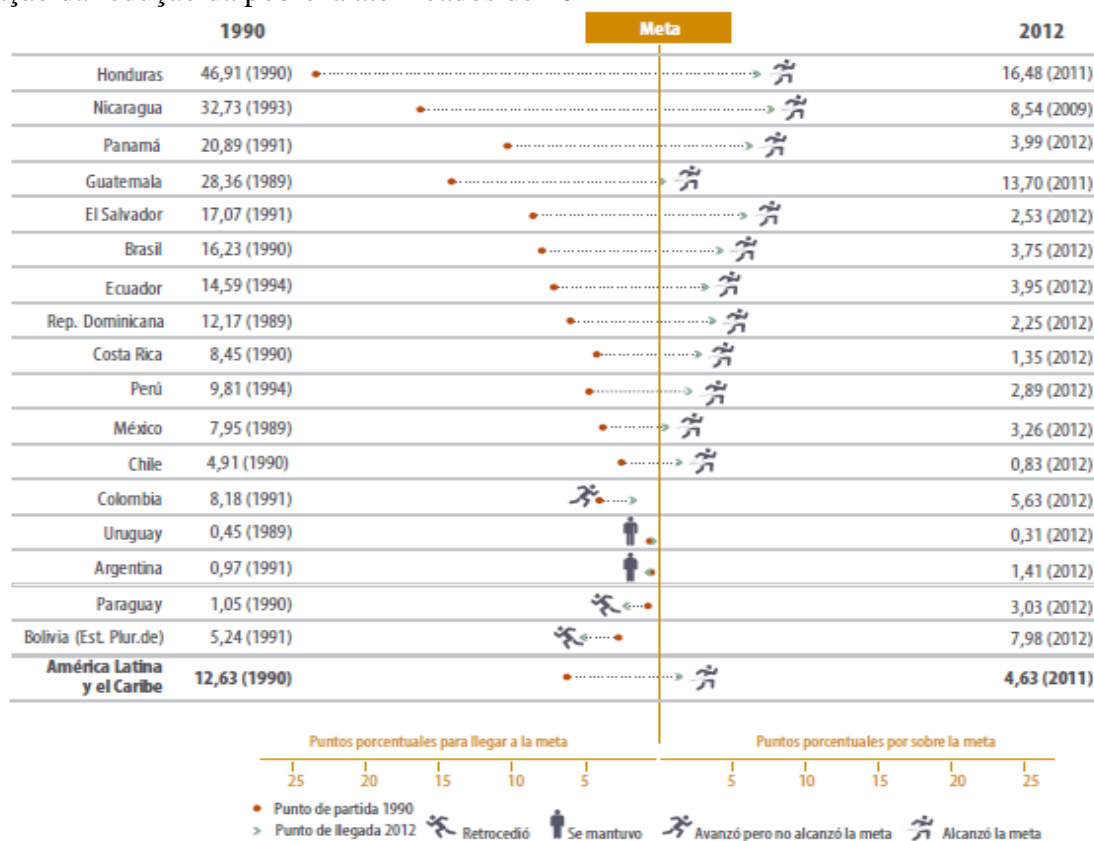
Após 15 anos desde a afirmação do compromisso com os oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) se faz necessário analisar a que ponto esses objetivos foi cumprido, bem como os esforços no decorrer do período.

3.1 Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

De uma maneira geral podemos ver que a maioria dos países cumpriu a meta de redução da pobreza, destaque para o Honduras, Nicarágua e Panamá que reduziram drasticamente a pobreza. Em média a América Latina e Caribe reduziam mais que a metade da porcentagem de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares. Segundo a CEPAL (2013), em grande medida essa redução se deu através do rápido crescimento econômico da região e criações de empregos no período. Além de maior transferência de recursos público e privado, como pensões, e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho da região.



Gráfico 1.1: Porcentagem da população que vive com menos de 1,25 dólares por dia e situação da redução da pobreza até meados de 2012



Fonte: Comissão econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

Houve relativa melhora referente ao mercado de trabalho na região. Essa melhora é chave para explicar a redução da pobreza e desigualdade, os indicadores da região mostram a melhor situação das últimas décadas. A última década mostrou que a taxa de desemprego quase caiu à metade chegando a 6% em 2014. Trabalhadores assalariados tiveram crescimento no período chegando a 55,2% em 2013.

Entretanto, quase 50% dos trabalhadores estão ocupados em setores informais que possuem baixa produtividade, sendo maioria mulheres. Isso se agrava em países como Bolívia, El Salvador, Nicarágua e Peru. Essa porcentagem varia de 27% no Chile a 60% na Bolívia. No Brasil esse valor chega a aproximadamente 35% (CEPAL, 2015).

A região alcançou significativa redução da fome alcançando a meta estabelecida. Entretanto, se tratando da fome crônica e desnutrição de crianças de até 5 anos a região não obteve os mesmos resultados que o panorama geral. A América Latina e Caribe apresentam grave problema em eliminar o problema. Segundo Martínez e Palma (2015) a região apresentava em 2012 ainda 7,5 milhões de crianças em estado de fome. A garantia da



segurança alimentar deve ser vista como acesso total aos alimentos necessários assegurando a perda de alimentos e assegurando os sistemas alimentares.

De uma maneira geral, houve significativo avanço para atingir o primeiro objetivo proposto. A região reduziu mais que a metade a porcentagem de pessoas que vivem com menos de 1,24 dólares. Entretanto, a região ainda é uma das mais desiguais do mundo.

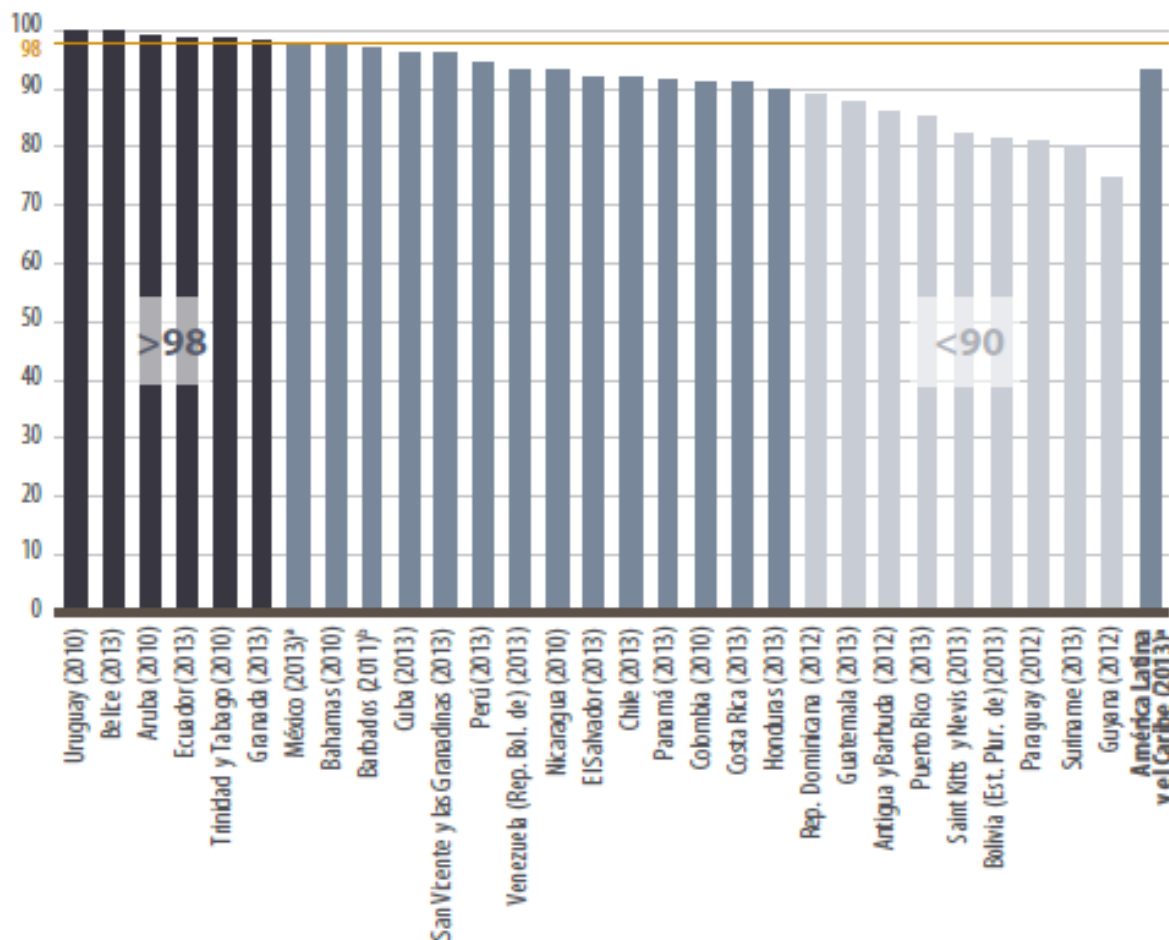
3.2 Objetivo 2: Atingir a educação básica à todos

A educação deve ser entendida como um direito universal. Sua importância não é só essencial para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também para as nações. Garantir a educação básica é um requisito fundamental para começar a enfrentar o problema do acesso à educação em qualquer lugar do mundo.

A região vem demonstrado altas taxas de escolarização primária para a população com idade de ingresso. Em 2015 a estimativa é que em média 94% da população estiveram matriculadas, valor que vem demonstrado desde 2000, o que demonstra a estagnação da região em ampliar o acesso universal a educação básica. Dos países que compõem a região, somente seis apresentam taxas maiores que 98% e nove abaixo de 90%. Segundo a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) 4 milhões de crianças da região em idade para ingresso na educação básica ficaram fora do sistema educativo.



Gráfico 2.1: Taxa de matrícula na educação básica no ano disponível



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

A conclusão dos estudos na região acompanhou o ritmo da escolarização primária. Aproximadamente 92% da população que possui entre 15 e 19 anos alcançaram um completo ensino primário. Nas últimas décadas o esforço para a melhoria na educação tem proporcionado o acesso e o término de ciclos educativos em diferentes idades, destaque para o crescimento das zonas rurais que tiveram maior acesso e progresso no sistema educativo. Entretanto, esses níveis não chegam ao objetivo de acesso universal.

Mesmo com uma redução do analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos de 6,9% em 1990 para 1,7% em 2015, alguns países como Haiti, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Nicarágua e República Dominicana apresentaram taxas superiores a 2% de analfabetismo no período.

Sobre a educação pré-primária e secundária, as desigualdades na região afetam a oportunidade de escolarização. Somente 73% da população em idade para estudar no ensino



secundário estavam matriculados, e somente 57,5% dos jovens entre 20 e 24 anos concluíram o ciclo de estudo secundário. A educação pré-primária alcançou somente 66% da população matriculada.

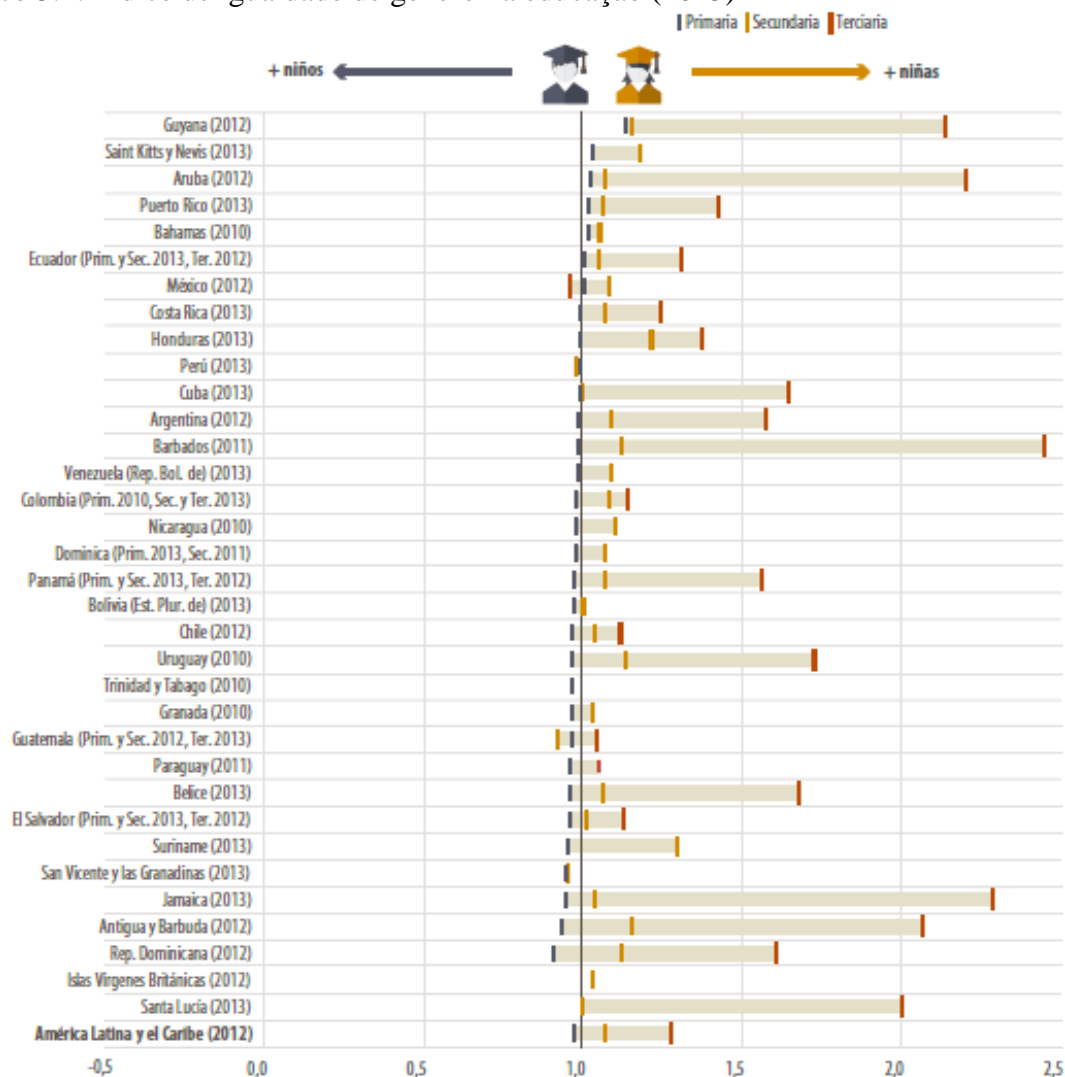
A região demonstrou baixos índices de inclusão de crianças no ensino pré-primário e baixo nível de matrículas no ensino secundário. É fundamental que a região aumente os esforços para generalizar o ensino garantindo educação mínima para a sua população e possa ter oportunidades para sair da pobreza. Além disso, os níveis que se percebem em um grau maior de bem estar encontram-se na educação pós-secundária (CEPAL, 2012).

3.3 Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e valorização da mulher

A situação da igualdade de gênero na educação na região tem melhorado, mas não são suficientes para alcançar as metas sendo o processo de melhoria diferente para cada país. Há uma leve porcentagem menor de mulheres que não tem acesso à educação básica, 0,97. A diferença é maior quando se trata do ensino secundário e terciário mostrando uma melhora no acesso a educação das mulheres, 1,07 e 1,29 respectivamente.



Gráfico 3.1: Índice de igualdade de gênero na educação (2013)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

Referente ao mercado de trabalho, a região não vem demonstrando melhores de igualdade de gênero como na educação. A situação de desigualdade e problemas no mercado de trabalho para as mulheres persistem, a trajetória de trabalho feminina apresenta maior grau no setor agrícola, 44% na região, melhorando lentamente desde os anos 1990 até o momento em 6%. A situação brasileira representa 47% da empregabilidade feminina no setor agrícola. A disparidade de salários é evidente entre os gêneros, nas zonas urbanas as mulheres recém 87 dólares para 100 dólares que os homens recebem com mesmo nível de trabalho. No Brasil esse valor representa 82 dólares.

Mesmo com os esforços e melhoras para a redução da pobreza extrema, as mulheres representam maior porcentagem de pessoas nessas condições, que vem se mantendo desde a década de 1990. Quase toda a região apresenta índices de mulheres na pobreza extrema



superiores a 100, exceto Honduras. E em alguns essa relação é 50% maior em mulheres em relação aos homens como Uruguai e República Dominicana (CEPAL, 2015).

A participação do sexo feminino nas tomadas de decisões cresceu muito nas duas últimas décadas, parte disso decorrente de mudanças institucionais e no sistema eleitoral. A região vem demonstrando maior contingente do sexo feminino em órgãos do governo e na tomada das decisões. No período se viu quase triplicar a porcentagem de cargos ocupados por mulheres nos parlamentos, passando de 11,9% em 1990 a 27,4% em 2015, muito próximo da meta estabelecida (30%). O Brasil apresenta menos de 10% de participação juntos com outros 4 países.

A América Latina e Caribe vêm apresentadas lentamente melhoras na redução da desigualdade educacional entre os sexos. O mercado de trabalho apresenta profundas disparidades, percebe-se menor remuneração das mulheres e a estrutura não mostrou mudanças. As políticas na região não tem sido suficientes para melhor inserir e mudar a estrutura do trabalho. Houve grande progresso na participação do sexo feminino no parlamento e cargos máximos. Entretanto, alguns países apresentam baixos progressos.

3.4 Objetivo 4: reduzir a mortalidade infantil

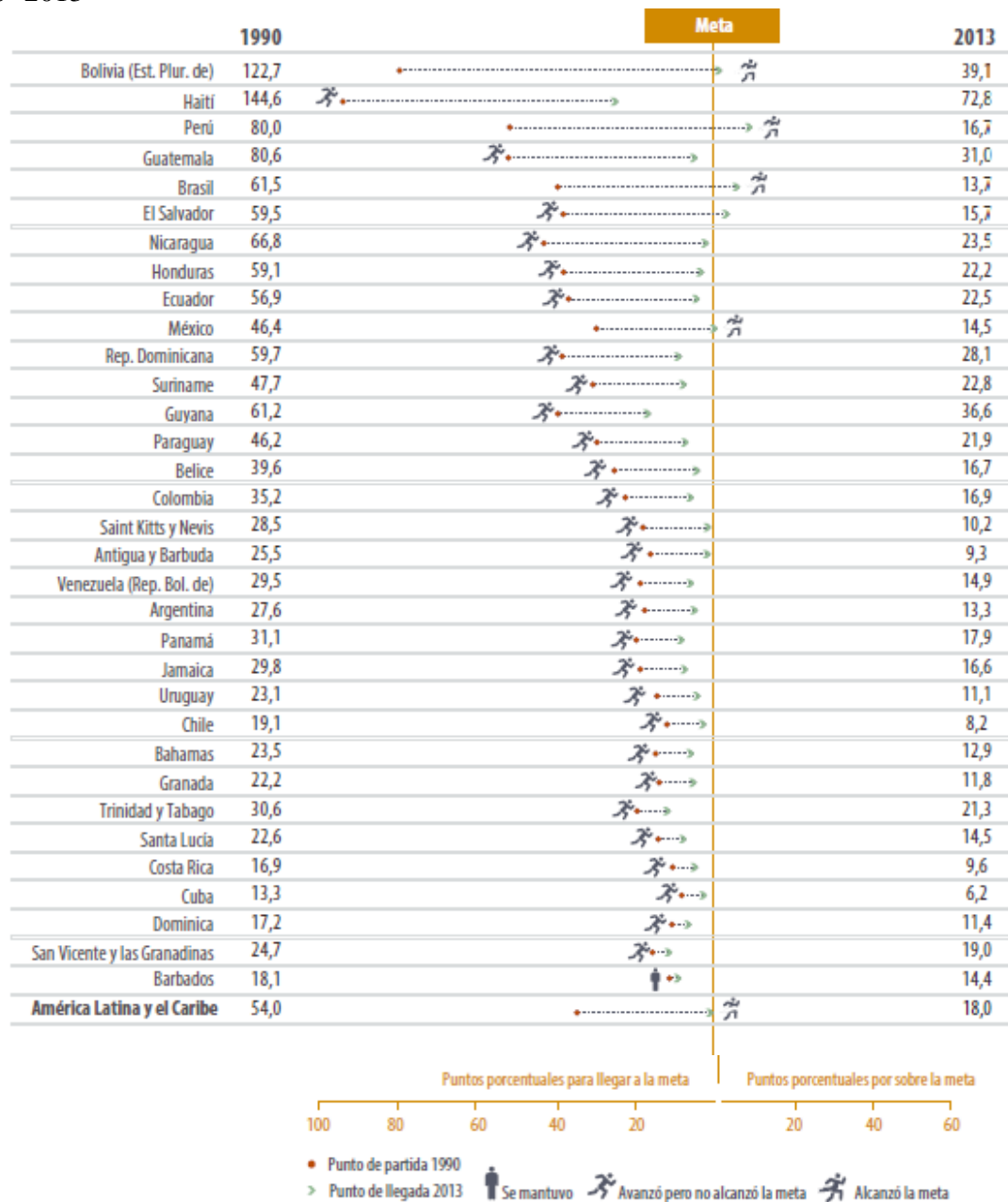
A América Latina e o Caribe alcançaram a meta proposta de reduzir pela terça parte a mortalidade em crianças menores de 5 anos, passando de 54 para 18 mortes por mil nascimentos no período estipulado. Diversos fatores contribuíram para esse feito, a combinação de campanhas de vacinação, hidratação, amamentação materna e acompanhamento da saúde dessas crianças, além de melhorias socioeconômicas foram decisivos para alcançar a meta. Fatores como melhoras no saneamento básico, acesso a água potável e melhoras nas condições das mulheres foram fatores decisivos também para o progresso na região (CEPAL, 2010).

Individualmente, somente cinco países alcançaram a meta. Bolívia, Brasil, El Salvador, México e Peru reduziram seu índice de mortalidade em mais de três vezes. Alguns países poderiam se enquadrar nesse caso, pois quase alcançaram a meta ficando apenas 2% do estipulado, como o Chile. Cuba apresentou a menor mortalidade infantil da região, e é o único país a diminuir o taxa de mortalidade a níveis de países desenvolvidos. Chile, Cuba e Costa Rica apresentam taxas inferiores a 10 mortes para cada 1.000 nascidos. Por outro lado, países



como Bolívia e Guiana apresentam taxas superiores a 30 mortes, especialmente Haiti que possui situação preocupante tendo aproximadamente 73 mortes para cada 1.000 nascidos.

Gráfico 4.1: Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos para cada 1.000 nascimentos 1990- 2013



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

Mesmo com tendência favorável a diminuição da taxa de mortalidade na região, em 2013 foram registrados 196.000 mortes de crianças com até 5 anos de idade. Isso significa uma morte a cada 3 minutos na região. Segundo a Organização mundial da Saúde – OMS (2014), a maioria das mortes de dão por doenças tratáveis como diarreia e pneumonia.



Houve redução significativa da mortalidade infantil. Os esforços para vacinação, o acesso a recursos e maior cuidado com as crianças proporcionou melhorias na região. Entretanto, há casos ainda preocupantes como o Haiti. É necessário um maior fortalecimento nos sistemas de saúde e cuidados no período pré-natal, aliado a prevenção de doenças em campanhas de vacinação. Deve-se seguir com os esforços para diminuir ainda mais a mortalidade infantil em especial a lugares com maior vulnerabilidade na região.

3.5 Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

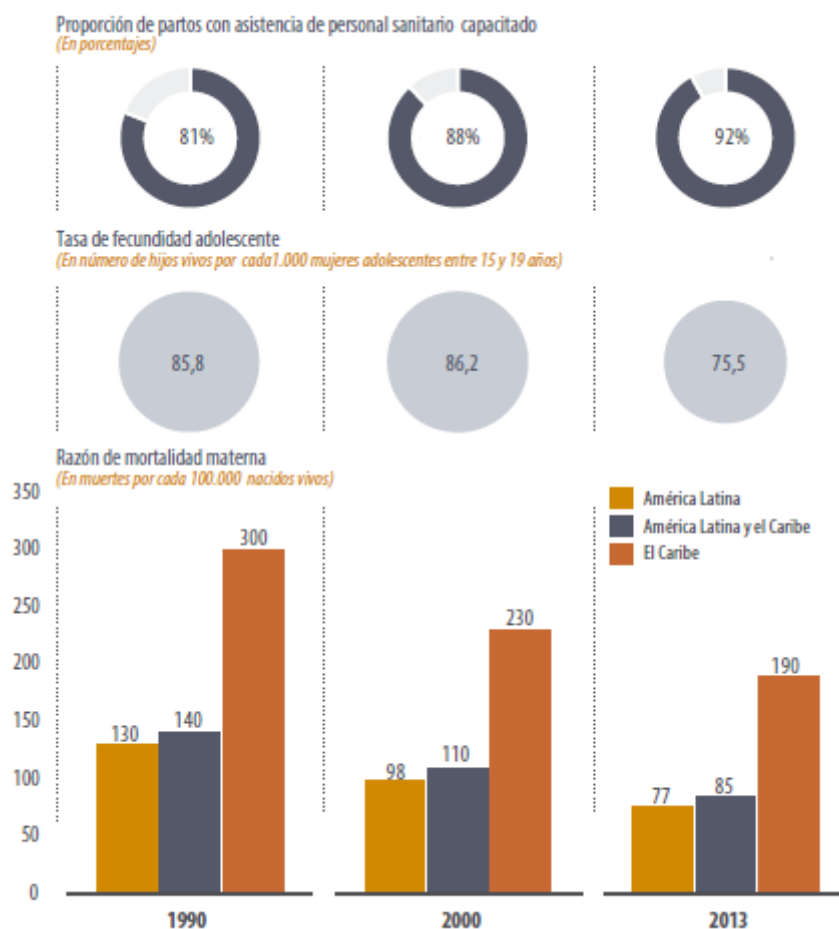
O quinto objetivo propõe reduzir em 75% a mortalidade materna e melhorar a saúde sexual e reprodutiva do sexo feminino na região.

Nenhum país da região obteve êxito para alcançar a meta de redução em 75% da mortalidade materna. A América Latina e Caribe apresentaram uma redução de 39% das mortes maternas, de 140 mortes por 100.000 nascidos vivos em 1990 para 85 em 2013. Um dos fatores essenciais para reduzir esse número decorre de uma maior atenção e cuidados na hora do parto e assistência médica para as mulheres. Na região houve aumento de partos com assistência de um profissional capacitado, passando de 81% em 1990 para 92% em 2013. Destaque para Cuba que apresentou a melhor posição, 99,4% dos partos possuem assistência de um profissional. O Brasil, no ano de 2012, teve 98,1% dos partos acompanhados por um profissional capacitados.

Um ponto chave para melhorar o índice e dar maior independência às mulheres é fazer uso de métodos contraceptivos para melhorar a saúde reprodutiva da região. A taxa de adolescentes entre 15 e 24 anos que ficam grávidas apresentou redução de 85,8% em 1990 para 75,5% em 2013. A região carece de políticas efetivas para assegurar métodos para controle de fecundidade, principalmente para as populações mais pobres que tem dificuldades para acessar anticoncepcionais (CEPAL, 2015).



Gráfico 5.1: Proporção de partos com assistência médica, taxa de fecundidade na adolescência e mortalidade materna



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

A região ainda possui alta mortalidade materna decorrente de gravidez adolescente e falta de acompanhamento de profissionais no parto. É preciso prevenir a gravidez precoce e garantir melhor educação sexual e reprodutiva para a população. No período houve melhora no atendimento às mulheres no pré-natal comparado com outras regiões e progressos no uso de métodos anticoncepcionais.

3.6 Objetivo 6: Combater a HIV/AIDS e outras doenças

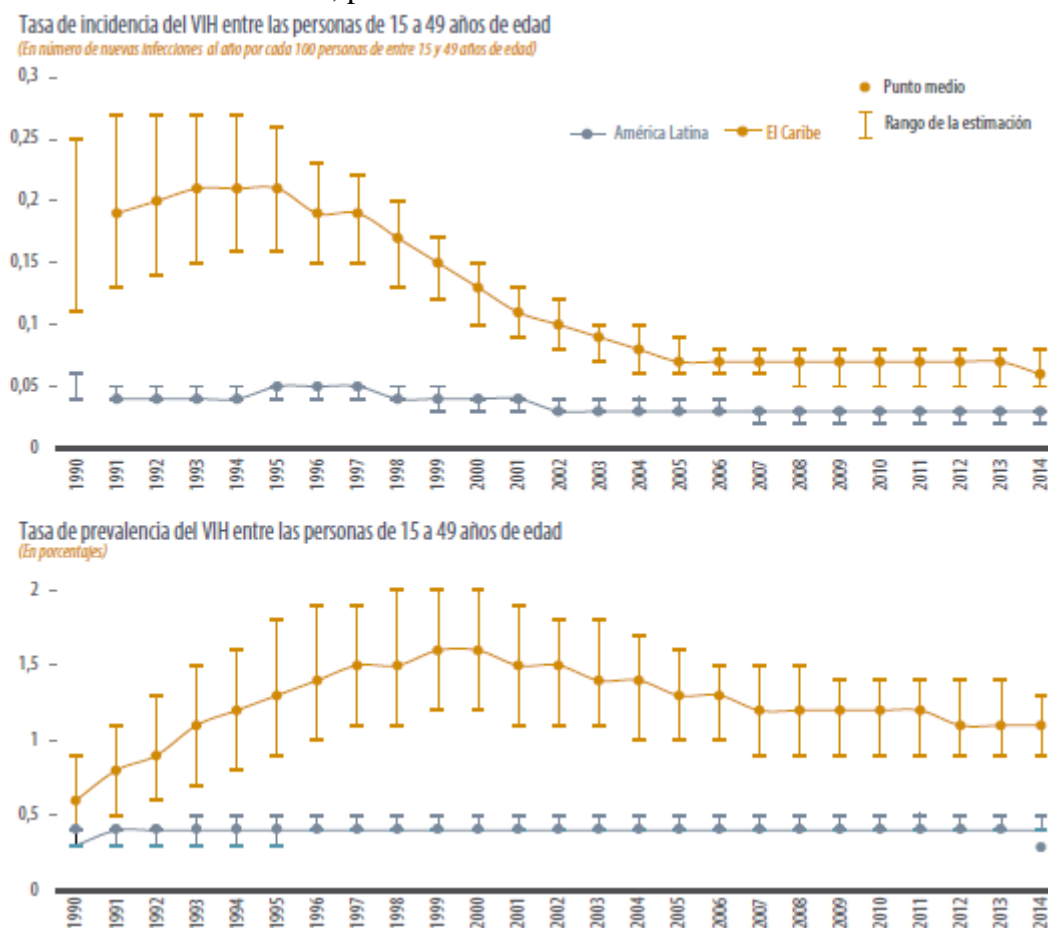
O objetivo em questão busca uma melhora na saúde da população, detectando a propagação da AIDS e outras doenças infecciosas reduzindo e prevenindo sua ação através da melhora dos tratamentos.

Estima-se que na região existe quase dois milhões de pessoas infectadas com o vírus HIV, 0,5% da população adulta. Segundo a CEPAL (2015), a maior parte da população afetada pelo vírus são homens que tem relações com homens e mulheres transexuais. Do total



de novas infecções a maioria atinge jovens entre 15 e 24 anos, que são mais vulneráveis ao contágio. A maioria dos casos de incidência do vírus ocorre em países mais populosos como Brasil, México, Argentina e Venezuela. O Caribe possui elevada prevalência do vírus atrás apenas da África Subsaariana. Entretanto, reduziu drasticamente (50%) no período a incidência de AIDS.

Gráfico 6.1: Taxa de incidência, prevalência e mortalidade da AIDS 1990-2014



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

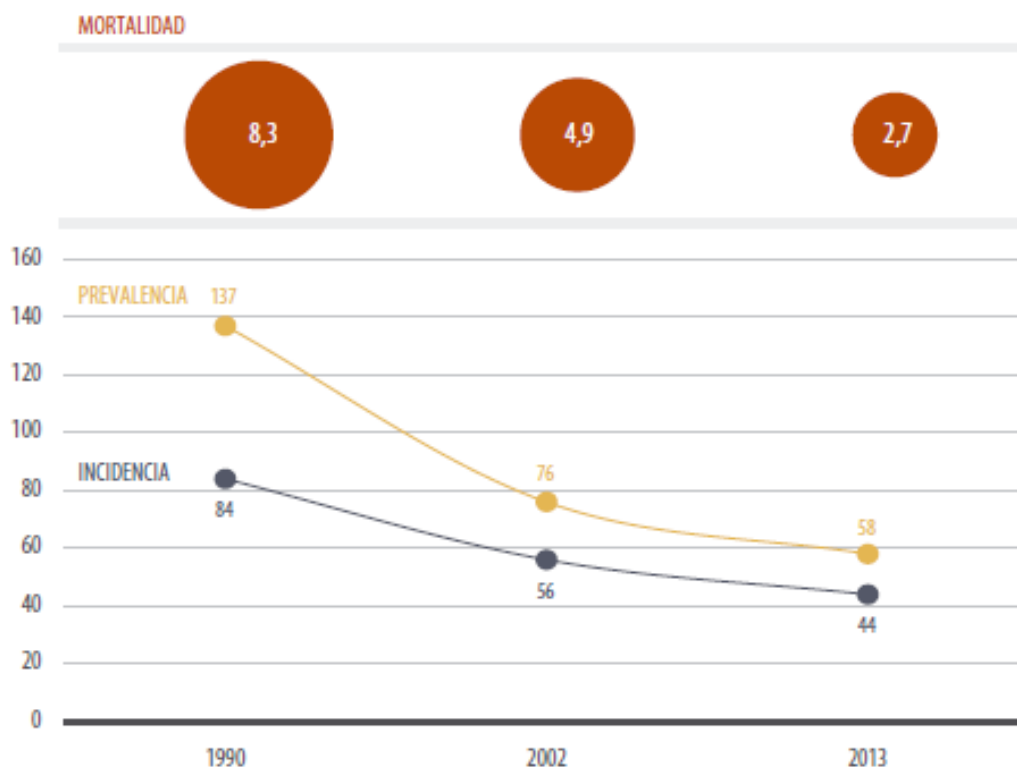
O acesso ao tratamento é a medida mais eficaz para conter o vírus da AIDS. A região da América Latina e o Caribe são destaques globais na ampliação e provimento no acesso ao tratamento antirretroviral. Três quartos da população com o vírus teve acesso aos medicamentos necessários. Mesmo não sendo iguais os esforços dos países para o combate do vírus, a região deve seguir avançando para garantir o tratamento e a contenção da AIDS.

A região cumpriu a meta de reduzir a metade a mortalidade e incidência da tuberculose. A mortalidade passou de 8,3 mortes para cada 100.000 habitantes para 2,7 no período. A incidência da doença reduziu-se em 57% entre 1990 e 2013. Entre os países da



região houve variações consideráveis. Países como Bolívia, Guiana, Guatemala e Peru a doença prevalece em níveis superiores a 100 para cada 100.000 habitantes. Os programas de tratamento da tuberculose cresceram na região, mas não garante os níveis de 85% estabelecidos globalmente de tratamento para casos diagnosticados. A região apresentou tratamento eficaz em 74% dos casos.

Gráfico 6.2: Incidência, prevalência e mortalidade decorrente da tuberculose (para cada 100.000 hab.)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

As infecções de HIV diminuíram lentamente e a população atingida é concentrada em grupos específicos que tem dificuldade em acessar atenção médica. A região é exemplo de combate e expansão da doença através de acesso a antirretrovirais e deve seguir aumentando esforços para combater a AIDS. Houve progresso significativo na redução de casos e mortes por tuberculose, mas a região deve buscar um maior controle de doenças transmissíveis e garantir acesso universal a tratamentos e medicamentos.

3.7 Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade do meio ambiente

Nos últimos anos a região tem demonstrado alguns avanços em relação à legislação para o meio ambiente e criação de órgãos institucionais para seu manejo. Entretanto, os

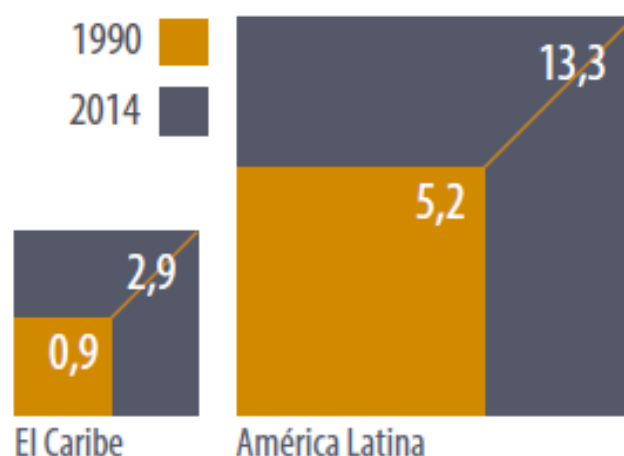


esforços dos países para garantir a sustentabilidade não foram satisfatórios. As políticas industriais e de crescimento tiveram caráter anulador do cuidado com o meio ambiente.

A região tem apresentado significativa redução do consumo de substâncias que afeta a camada de ozônio, 95% no período de 1990 a 2013. A participação global do consumo dessas substâncias na América Latina e o Caribe foram de 13,2% no ano de 2013.

A maioria dos países da região apresentou aumento da taxa de proteção de áreas terrestres e marinha entre 1990 e 2014. Alguns apresentaram mais que o dobro de variação da taxa, como Brasil, Chile, Bolívia, Bahamas, etc. segundo os dados das Nações Unidas. No total, a região mostrou aumento de 171% nas áreas protegidas. Mesmo com o aumento das áreas protegidas, a má gestão e a falta de medidas de conservação são fatores que proporcionam a perda da biodiversidade e habitat. A agropecuária é a maior causadora de perda de bosques e desmatamento, no período a região apresentou redução de 9% do total da superfície coberta por bosques e matas (CEPAL, 2015).

Gráfico 7.1: Proporção de áreas terrestre e marinhas protegidas



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

Os níveis de emissões de dióxido de carbono (CO₂) apresentam aumento, decorrente atividades industriais, energéticas, da agricultura e seus respectivos resíduos. Houve aumento em 27% nas emissões por habitante em relação a 1990, atingindo 2,9 toneladas de CO₂. Os países que demonstraram emissões abaixo de 1 tonelada por habitante são Guatemala, Paraguai, Nicarágua e Haiti. A região registrou no ano de 2012 emissões equivalentes a 7,7 toneladas anuais per capita, cifra superior a média global de 6,7 toneladas.

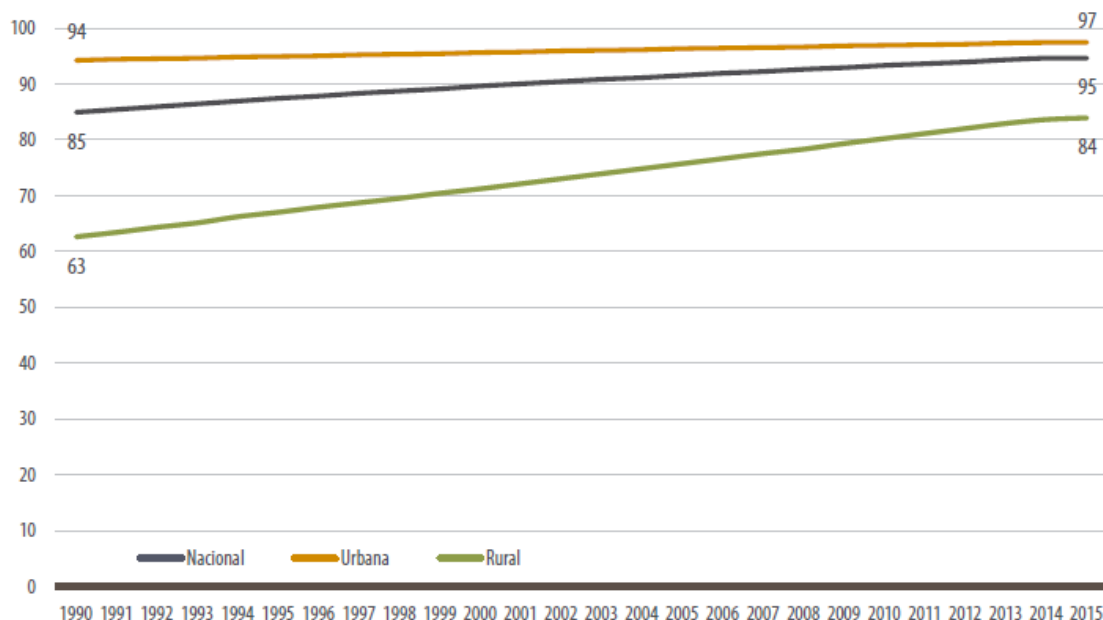
Os países desenvolvidos, a China e alguns países Asiáticos têm buscado mudanças estruturais e produtivas para diminuição das emissões, o que não se traduz na região da



América Latina e o Caribe que não estão unindo esforços para mudanças e sua estrutura produtiva altamente emissora (CEPAL, 2015).

Desde 1990 a região teve grande redução da taxa de pessoas sem acesso à água potável. Houve incremento no acesso a água de 85% da população a 95% no período. Do total dos países da região 28 cumpriram a meta, enquanto 11 não o fizeram. Caracteristicamente, a região detém grandes fontes de acesso à água potável, e a maioria dos países apresenta taxas maiores de 90% de seu acesso. Haiti apresenta taxas muito baixas de acesso à água potável, apresentando 58% da população com acesso. Outros países como a Bolívia e o Peru apresentam entre 80 e 90%.

Gráfico 7.2: Proporção da população que utiliza fontes melhoradas de abastecimento de água potável



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2015).

A utilização de serviços de saneamento na região está muito perto da meta no ano 2015 de reduzir pela metade a taxa da população sem acesso a esses serviços. 19 países da região não alcançaram a meta de redução enquanto 17 já cumpriram. Alguns países ainda persistem em ter baixas taxas de acesso a saneamento, Nicarágua, Panamá, Peru apresentam taxas entre 60 e 80%. Pessoas que vivem em zonas rurais são mais afetadas. Em 2015 o acesso a esses serviços na América Latina representou 64% da população (CEPAL, 2015).



3.8 Objetivo 8: Fomentar uma aliança global para o desenvolvimento

No ano de 2014 a proporção de assistência oficial para o desenvolvimento do comitê de assistência para o desenvolvimento ficou muito aquém do estipulado. A ajuda média chegou a 0,29% do ingresso nacional bruto (INB), muito abaixo da meta de 0,7% estipulada em 2002. Em 2013 a América Latina e o Caribe receberam pouco mais de 10 milhões de dólares representando 0,18% do INB regional. Maior ingresso de recursos é decorrente de ajudas multilaterais como do Banco Interamericano de desenvolvimento. Houve substancial decréscimo na ajuda para a região decorrente da mudança de fluxo de ajudas de países de renda média que são maioria na região para países com renda mais baixas e menos desenvolvidas.

As exportações livres de direitos são importantes para o processo de cooperação ao desenvolvimento. No ano de 2014 a região apresentou ingressos de 94% das exportações a países desenvolvidos livres de taxas. Isso se traduz majoritariamente ao tipo de produto exportado. Como a maior parte da exportação da região são commodities primárias, sua entrada em outros países é de fácil acesso. Acordos de livre comércio também são pontos-chaves para essa porcentagem (CEPAL, 2015).

O acesso a novas tecnologias são indicadores importantes para medir de certa forma o avanço para o desenvolvimento. Os últimos anos demonstram o aumento do uso de tecnologias da informação na região da América Latina e o Caribe. Entre 2006 e 2014 houve nítido crescimento de acesso à telefonia móvel, comparado ao nível de países desenvolvidos. Isso é decorrente do barateamento e a facilidade de obtenção dessas tecnologias. Esforços devem ser reafirmados para garantir maior e melhor acesso a internet na região, que mesmo tendo significativo aumento no uso, possui problemas de disparidades na região.

Assim, a região apresenta queda no recebimento da ajuda oficial para o desenvolvimento. Houve reorientação para a ajuda internacional afetando países de renda média que são maioria na região. As exportações tiveram acesso favorável aos mercados internacionais, mas existem problemas para setores exportadores. Os países da região vêm mostrando significativos avanços no que se refere ao acesso a novas tecnologias e utilização de tecnologias da informação, mas existem problemas de acesso em níveis socioeconômicos, e diferenças entre os países.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, podemos identificar avanços significativos na região da América Latina e o Caribe referente aos Objetivos do desenvolvimento do Milênio. As desigualdades básicas diminuíram, mas ainda muito a se fazer para melhor inclusão econômica, social e política na região. Houve melhora na igualdade de gênero e participação feminina na tomada de decisões nos governos, mas ainda assim as mulheres recebem remuneração inferior à masculina.

Referente à saúde materna, saúde sexual e em geral a região demonstrou poucos avanços no sentido de redução da mortalidade materna e diminuição da taxa de gravidez na adolescência. A região também deve propor aumentar os esforços no combate a doenças crônicas não transmissíveis que possuem alta mortalidade.

O problema mais evidente na região foi representado nos fatores ambientais e sua preservação. A América Latina e o Caribe por serem ricos em recursos naturais dependem economicamente de sua intensiva utilização, o que provoca danos graves ao meio ambiente. A região precisa unir esforços para criar estratégias mais eficazes para uma mudança na estrutura produtiva e institucional, de modo que a preservação ambiental toma maior importância e eficácia.

Ademais, há a necessidade de um maior compromisso para a ajuda global para o desenvolvimento. Devem-se melhorar os órgãos governamentais na dimensão institucionais e órgãos internacionais para a cooperação. Reforçar a necessidade de transferência de recursos da assistência oficial para o desenvolvimento que foi inferior ao estipulado no período.

REFERÊNCIAS

CEPAL, **Desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe Seguimiento de la agenda de las Naciones Unidas para el desarrollo**. 2013.

_____. **América Latina y el Caribe: una mirada al futuro desde los Objetivos de Desarrollo del Milenio**. 2015.

_____. **Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo**, Santiago. 2012.

_____. **El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio: desafío para lograrlos con igualdad**, Santiago, Naciones Unidas. 2010.



Martínez, Rodrigo y Amalia Palma. **Cerrando la brecha: modelo para estimar el costo de erradicar la desnutrición crónica y las deficiencias de micronutrientes**, serie Manuales, N° 84 (LC/L.4019), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2015.

ONU. **Declaração do Milênio**. 2000. Disponível em:
http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf